

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em reais mil)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto de Seguridade Social da CEG - GASIUUS é uma Entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, autorizada a funcionar pela Portaria nº. 3.899, de 12 de dezembro de 1986, do Ministério da Previdência Social, obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social – MPS, por intermédio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

A Entidade tem como objetivo principal a instituição, administração e execução de planos de natureza previdenciária, conforme definido nos regulamentos de cada um dos planos, bem como promover o bem-estar social dos seus participantes.

O Gasius administra atualmente apenas um plano de benefício do tipo benefício definido, cujo custeio é estabelecido pelo atuário com base em avaliação atuarial. Conforme prevê o artigo 89 do seu regulamento, a este plano ficou vedado o acesso de novos participantes, a partir de 25 de agosto de 2004.

O Gasius possuía em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a seguinte quantidade de participantes:

Participantes	2016	2015
Ativos	49	53
Assistidos	690	707
Pensionistas	358	345
Autofinanciados	3	3
Auxílio doença	0	1
Benefício proporcional diferido	1	1
Total de participantes	1.101	1.110

Salientamos que para definição do número de pensionistas acima indicado, o Gasius considera um beneficiário por matrícula, enquanto o atuário considera o grupo familiar de cada ex participante.

Os recursos de que a Entidade dispõe para administrar o plano, têm origem nas contribuições de seus patrocinadores, de seus participantes ativos e assistidos e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, que obedecem ao disposto nas Resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN.

Está previsto na Lei Complementar 108, que as Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas por empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos – que é o caso do Gasius – se subordinam, no que couber, às regras previstas para instituições similares que têm como patrocinadora uma Entidade pública, na forma que vier a ser estabelecida pelo órgão regulador e fiscalizador.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade e diretrizes contábeis aplicáveis as Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, especificamente a Resolução CNPC nº8, de 31/11/2011, alterada pela Resolução CNPC nº12, de 19/08/2013; Instrução SPC nº34, de 24/09/2009, alterada pela Instrução PREVIC nº5, de 08/09/2011; Instrução PREVIC nº6, de 13/11/2013; Instrução PREVIC nº15, de 12/11/2014 e Instrução PREVIC nº25, de 17/09/2015 e Resolução do CFC nº1272, de 22/01/2010, que aprova a ITG 2001 e atualizações posteriores.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa.

Os respectivos normativos estabeleceram os seguintes componentes das demonstrações contábeis que, obrigatoriamente, deverão ser divulgados no final de cada exercício social:

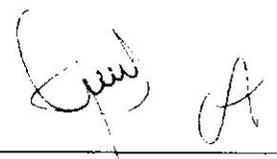
- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração da Mutação do Patrim nio Social;
- c) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios;
- d) Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios;
- e) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada;
- f) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios.

Essas demonstrações são apresentadas comparadas com o exercício anterior sem a segregação de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme diretrizes estabelecidas pelo órgão regulador e fiscalizador.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS.

As principais práticas adotadas pela Entidade são resumidas a seguir:

- a. **Atividades Segregadas:** A atual sistemática fixada pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (previdencial, assistencial e administrativa) e o fluxo dos investimentos que é comum às gestões previdencial e administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. O Balancete por plano de Benefícios Previdencial, Balancete do Plano de Gestão Administrativa e o Balancete Consolidado, são informações adicionais criadas pela nova sistemática para as demonstrações contábeis.
- b. **Apuração de Resultado:** As adições e deduções, as receitas e despesas e as rendas/variações positivas e as deduções/variações negativas, são registradas segundo o princípio da competência, exceto nos casos das contribuições dos autopatrocinados.
- c. **Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos:** Os ativos de renda fixa são registrados ao custo de aquisição, incluídas as corretagens e os emolumentos, evidenciando-se o ágio e o deságio, quando aplicado, e o acréscimo dos juros auferidos pr -rata temporis, até a data do balanço, e apropriados mensalmente em Rendas/Variações Positivas ou Deduções/Variações Negativas. Ao final de cada mês estes títulos são ajustados a valor de mercado.



INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DA CEG – GASIU

O referido critério encontra-se adequado à classificação na categoria de títulos para negociação, procedimento utilizado pelo Instituto. (Resolução CGPC nº 4/2002 e nº 15/2005 e Instrução SPC nº 34/2009)

- d. **Ações:** Estes ativos de renda variável são registrados pelo custo de aquisição, acrescido das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, bem como, ao final de cada mês, são avaliados ao valor de mercado, observada a legislação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A variação oriunda da comparação entre os valores contábeis e os de mercado é apropriada em conta analítica do mercado de renda variável como Rendas/Variações Positivas ou Deduções/Variações Negativas, admitindo-se a compensação.

As bonificações, os dividendos e/ou juros sobre o capital próprio são reconhecidos contabilmente a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas ou do ato que formalize a obrigação do emissor.

- e. **Fundos de Investimentos:** Estes fundos são registrados pelos efetivos desembolsos nas compras de cotas e são acrescidos pela variação destas cotas ao final de cada mês, registrando-se as diferenças em conta de resultado como variações positivas / negativas.
- f. **Investimentos Imobiliários:** Estão registrados ao custo de aquisição, inclusos honorários, taxas, emolumentos, tributos e demais encargos incidentes sobre as operações. São depreciados (exceto terrenos) pelo método linear à taxa correspondente ao tempo de vida útil remanescente a partir da última avaliação.

Os imóveis são reavaliados a cada três anos de acordo com a legislação vigente. Os ajustes provenientes, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida de Rendas/Variações Positivas ou Deduções/Variações Negativas.

- g. **Empréstimos e Financiamentos:** Referem-se aos empréstimos simples, estando incluídas as parcelas referentes ao principal, acrescidos da atualização monetária e juros até a data do balanço.
- h. **Provisões Para Perdas de Investimentos e Créditos Duvidosos:** As provisões são constituídas levando-se em consideração os riscos e as incertezas de realizações dos rendimentos auferidos e de recebíveis, mediante critérios estabelecidos no item 11 da IN – SPC nº 34/2009.
- i. **Imobilizado:** Custeados pelo Plano de Gestão Administrativa – PGA estão registrados ao valor de aquisição e são depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, conforme a seguir indicado.

Bens	Taxa Anual
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%

- j. **Despesas Administrativas:** São registradas no Plano de Gestão Administrativa (PGA) por meio de sistema de alocação específica, para atender as gestões Previdencial e de Investimentos.

- l. Exigível Operacional:** Registra as obrigações com terceiros provenientes de compromissos com os assistidos, participantes, impostos e contribuições a recolher e operações financeiras a pagar.
- m. Exigível Contingencial:** São registradas ações contra a Entidade nas áreas administrativa, trabalhista e fiscal, que serão objeto de decisão futura, podendo ocasionar impacto na situação econômico-financeira.

Essas ações estão classificadas entre gestão previdencial, administrativa e de investimentos, de acordo com a sua natureza.

Para fins de classificação são usados os termos provável, possível e remoto com os seguintes conceitos:

- Provável: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer;
- Possível: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, porém maior que remota;
- Remota: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

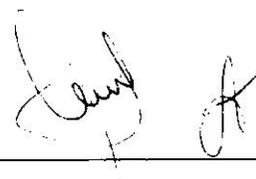
Os passivos contingentes classificados como perdas prováveis, são registrados no balanço como provisões para perdas, já aqueles classificados como perdas possíveis são divulgados apenas em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

- n. Provisões Matemáticas:** Constituídas por critérios e metodologias atuariais, conforme avaliação e parecer atuarial. Os valores são estimados com base em fundamentos técnicos para atender as obrigações com benefícios futuros, apresentadas a valor presente.
- o. Demonstrações Contábeis Consolidadas:** O Balanço Patrimonial representa os saldos das contas patrimoniais do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa.

A Demonstração da Mutação do Ativo Líquido representa: o saldo inicial do Ativo Líquido, bem como as receitas e despesas, dos respectivos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa. As receitas de contribui es estão registrados pelo seu valor líquido, ou seja, as contribui es normais dos patrocinadores, participantes ativos e assistidos menos o custeio administrativo.

A Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa Consolidada representa o saldo inicial do Fundo Administrativo, bem como, o resultado de suas opera es.

- p. Fundo Administrativo;** constituído pela diferença positiva entre os recursos destinados para o custeio administrativo e os gastos realizados pela Entidade na administra o do Plano de Benefícios.



- q. Estimativas Contábeis: a elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade requer que a Administração, utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os principais itens do ativo e passivo sujeitos as mensurações, por estimativas são os valores justos dos

ativos financeiros quando não cotados no mercado, as despesas com depreciações de bens ativados, o passivo contingencia e passivo atuarial.

4. GESTÃO PREVIDENCIAL

Registra os direitos da Entidade relativos às contribuições da patrocinadora e dos participantes, os créditos de operações com a patrocinadora, as despesas futuras a serem apropriadas no resultado nos meses subseqüentes e demais direitos da gestão.

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG assinou em 29 de janeiro de 2004 o Instrumento de Confissão de Dívida, no valor de R\$ 54.207 mil, referente às diferenças de contribuições devidas pela CEG e vertidas a menor no período de fevereiro de 1987 a outubro de 1999, bem como o saldo das obrigações assumidas pela CEG para cobertura dos riscos prioritários. A patrocinadora comprometeu-se a liquidá-lo em 144 parcelas mensais e consecutivas a juros de 1% ao mês, mais a variação do INPC, vencendo a primeira em 28 de fevereiro de 2004.

Como garantia deste contrato, a CEG, cedeu e transferiu ao Gasius, nos exatos valores que se tornarem exigíveis, os créditos existentes em sua conta de depósito, provenientes das contas de gás de sua competência, recebidas através do interveniente Banco Bradesco S.A.

Em janeiro de 2016 a patrocinadora liquidou o referido contrato com o recolhimento da última parcela.

5. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra a receita a receber decorrente de serviços e outras operações de natureza administrativa, despesas futuras a serem apropriadas nos meses subseqüentes e demais direitos do programa. O saldo desta rubrica representa R\$ 25 mil no exercício atual e R\$ 34 mil no exercício anterior.

6. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Entidade possuía os recursos garantidores do exigível atuarial, em consonância com as Resoluções CMN

nº 3.792 de 24/09/2009 e 4.275 de 30/10/2013. As aplicações da entidade estão distribuídas em títulos de renda fixa, fundos de investimentos, ações, investimentos imobiliários e empréstimos aos participantes. Os quadros a seguir demonstram a composição de cada um destes segmentos.

INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DA CEG – GASIU

O Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC estabeleceu critérios para registros e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, produzindo efeitos a partir de 30/01/2002.

Em conformidade com a Resolução MPAS/CGPC nº. 04, de 30/01/2002, os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras foram classificados na categoria Títulos para Negociação, portanto avaliados ao valor de custo, acrescidos dos rendimentos, apropriados do ágio, do deságio, dos rendimentos ou dos encargos mensais e do ajuste a valor de mercado.

O valor de mercado da NTN-B é apurado com base em dados de negociação disponibilizados pela Andima e os das debêntures são definidos a partir de dados apurados pela Bovespa/BMF.

6.1 Títulos de Renda Fixa

As aplicações em títulos de renda fixa estão compostas em Notas do Tesouro Nacional tipo B e Debêntures da Cemig, conforme detalhamento a seguir, estando as quantidades expressas em mil títulos e os valores em mil reais. Esses títulos e valores mobiliários estão precificados a valor de mercado, embora os títulos federais sejam de vencimento a longo prazo.

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO CARTEIRA DE TÍTULOS DE RENDA FIXA							
	especificação	datas		2016		2015	
		aplicação	vencimento	quantidade	valor	quantidade	valor
1	Título Público NTN b	31/05/2006	15/08/2024	1.150	3.499	1.150	3.005
2	Título Público NTN b	14/11/2006	15/08/2024	4.400	13.388	4.400	11.496
3	Título Público NTN b	20/03/2008	15/05/2017	3.580	10.652	10.000	27.803
4	Título Público NTN b	09/04/2008	15/08/2024	10.000	30.427	10.000	26.128
5	Título Público NTN b	27/05/2009	15/08/2020	11.465	34.749	20.000	54.154
6	Título Público NTN b	08/12/2010	15/08/2020	5.000	15.154	5.000	13.539
7	Título Público NTN b	08/12/2010	15/08/2030	5.000	15.525	5.000	12.628
8	Título Público NTN b	17/06/2014	15/05/2035	2.400	7.366	2.400	5.811
9	Título Público NTN b	17/06/2014	15/08/2040	2.000	6.316	2.000	4.883
10	Título Público NTN b	15/12/2014	15/08/2040	4.000	12.632	4.000	9.766
11	Título Público NTN b	15/12/2014	15/05/2035	3.600	11.049	3.600	8.716
12	Título Público NTN b	09/02/2015	15/08/2030	5.000	15.525	5.000	12.628
13	Título Público NTN b	09/02/2015	15/08/2040	5.000	15.790	5.000	12.208
14	Título Público NTN b	16/12/2015	15/05/2019	1.700	5.079	1.700	4.594
15	Título Público NTN b	12/05/2016	15/08/2050	2.200	6.914	0	0
16	Título Público NTN b	12/05/2016	15/05/2045	2.200	6.769	0	0
17	Título Público NTN b	12/05/2016	15/08/2022	2.000	6.057	0	0
18	Título Público NTN b	23/05/2016	15/08/2026	2.690	8.186	0	0
19	Título Público NTN b	23/05/2016	15/05/2035	5.820	17.863	0	0
	Total NTN b			79.205	242.940	79.250	207.359

1	Debêntures Cemig	21/12/2007	15/12/2017	700	4.054	700	7.764
---	------------------	------------	------------	-----	-------	-----	-------

INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DA CEG – GASIU
6.2 Fundos de Investimentos

Os recursos aplicados nos fundos de investimentos estão distribuídos em fundos de renda fixa, fundos de renda variável e investimentos estruturados, conforme desdobramento abaixo, estando as quantidades expressas em mil cotas e os valores em mil reais.

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS						
	Descrição	instituição	2016		2015	
			quantidade	valor	quantidade	valor
Fundos de renda fixa						
1	- HSBC FI Refer. DI Exec CP	HSBC	391	4.117	669	6.184
2	- ITAU Instit. Active Fix FI	ITAU	15	10.599	20	11.951
3	- RIO BRAVO C P FI	RIO BRAVO	1.040	2.514	3.701	7.807
4	- BTG PACTUAL Emis Prim II	BTGP	927	519	927	949
5	- BRADESCO FIF Premium DI	BRADESCO	477	4.624	660	5.599
6	- ICATU VANG .Infl Longa FI	MELLON	4.020	10.482	4.020	7.924
7	- HSBC C P Perf Inst	HSBC	7.754	17.425	7.754	15.228
8	- ITAU Renda Fixa IMAB5+	ITAU	551	9.033	551	6.930
9	- SUL AMERICA Inflatie IMAB	Sul América	254	7.407	254	5.900
10	- SANTANDER Master RF CP LP	SANTANDER	286	5.481	286	4.802
	Total		15.715	72.201	18.842	73.274
Fundos de renda variável						
1	- ITAU RPI Ações Ibovespa	ITAU	3.581	5.737	3.581	4.429
2	- HSBC Fica Reg Previd	HSBC	4.640	6.204	4.640	4.976
3	- ICATU Vanguarda Dividendos	ICATU	3.404	9.672	3.404	7.736
4	- BRADESCO FIA Dividendos	BRADESCO	939	5.900	939	4.454
5	- RIO BRAVO Fundam Instit FIA	BMD	341	1.706	341	1.627
6	- ITAU BM FOF 30 FUND	ITAU	193	2.224	0	0
7	- ITAU Instit Fundo de Fundo	ITAU	0	0	155	1.709
	Total		13.098	31.443	13.060	24.931
Investimento estruturado						
1	- Fundo ITAU Sol Retorno Absoluto	ITAU	0	0	99	1.140
2	- Fundo ITAU Hedge MM	ITAU	128	4.186	88	2.417
3	- Fundo RT Hedge Plus MM	ITAU	368	6.333	89	1.198
	Total		496	10.519	276	4.755
	Total dos fundos de investimentos			114.163		102.960

6.3. Renda Variável – Ações e Empréstimos de Ações

Registra as aplicações em ações de empresas de capital aberto, as quais estão demonstradas pelo valor de mercado, com base na cotação de fechamento ocorrida no pregão do último dia de cada mês na Bolsa de Valores de São Paulo. Os dividendos resultantes dessas aplicações estão contabilizados pelo regime de competência. A

INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DA CEG - GASIU

seguir estão apresentadas as aplicações neste segmento, estando as quantidades expressas em mil ações e os valores em mil reais.

Demonstrativo consolidado de ações						em valores 1.000	
	especificação	Código	2016		2015		
			quantidade	valor	quantidade	valor	
Ações mercado a vista							
1	Bradesco	BBDC4	166	4.824	63	1.209	
2	BR Foods	BRFS3	60	2.895	3	17	
3	Cemig	CMIG3	135	1.064	135	869	
4	Cemig	CMIG4	42	320	0	0	
5	Itausa	ITSA4	416	3.441	287	1.975	
6	Itau unibanco	ITUB4	93	3.132	3	78	
7	Lojas Americanas	LAME4	198	3.366	165	3.201	
8	Petrobras	PETR4	322	4.792	0	0	
9	Engie Brasil	EGIE3	85	2.979	85	2.850	
10	Vale do Rio Doce	VALE5	188	4.397	69	709	
	Subtotal		1.705	31.210	807	10.908	
	Valores a receber		0	442	0	249	
	Total			31.652		11.157	
Empréstimos de ações							
1	Petrobras	PETR4	0	0	322	2.159	
2	Vale do Rio Doce	VALE5	0	0	119	1.222	
3	BR Foods	BRFS3	0	0	60	3.305	
4	Bradesco	BBDC4	0	0	89	1.708	
5	Cemig	CMIG4	0	0	41	255	
6	Itausa	ITSA4	0	0	91	625	
7	Itaunibanco	ITUB4	0	0	81	2.136	
	Subtotal		0		803	11.411	
	Valores a receber			0	0	1	
	Total			0		11.412	
	Total geral		1.705	31.652	1.610	22.569	

6.4. Investimentos Imobiliários

Para atender a determinação contida na letra H, item 19 do inciso II, anexo A da instrução nº 34/2009, o Instituto promoveu neste exercício a reavaliação de todos os seus imóveis através da empresa Analítica Engenharia de Avaliações. Os valores apresentados no laudo datado de 03 de novembro de 2016 foram registrados em dezembro de 2016. Observe-se que os valores reavaliados dos imóveis demonstram uma desvalorização de R\$ 3.825 mil, o que é decorrência do processo de perda de valor dos investimentos neste segmento ao longo destes últimos anos.

INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DA CEG – GASIUS

O quadro a seguir demonstra a posição dos investimentos imobiliários nos exercícios findos em dezembro de 2016 e 2015:

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS IMÓVEIS PARA RENDA		R\$1.000	
Descrição	2016	2015	
Investimentos imobiliários			
- Aluguéis e renda			
- Locados a terceiros			
- Av. Presidente Vargas 309 - 19º andar	2.468	1.968	
- Av. Graça Aranha 172 - 7º andar ao 12º andar	21.169	24.930	
- Av. Riô Branco 67 - 17º, 19º, 20º, 23º e 27º andares	8.107	9.268	
- Av. Rodrigues Alves 173 - 53 vagas de garagem	1.691	1.094	
Total – R\$ mil	33.435	37.260	
- Valores a receber	10	35	
Total	33.445	37.295	

6.5 Empréstimos

Os valores a receber dos empréstimos a participantes são registrados pelo valor do principal, acrescidos dos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2016 e deduzidas às amortizações.

Permaneceu ainda neste exercício, a cobrança da taxa de quitação por morte incidente sobre o saldo devedor dos empréstimos concedidos para as pensionistas, com o objetivo de constituir fundo a ser utilizado para abater eventual saldo devedor devido por pensionistas em caso de seu falecimento.

A taxa de administração de empréstimos instituída em outubro de 2010 para ser cobrada dos participantes, e que se destina a cobrir os custos da gestão administrativa com a concessão e controle dos mesmos, permaneceu ainda neste exercício.

Ao final do exercício de 2016 os empréstimos a receber dos participantes, apresentava um saldo de R\$ 8.715 mil contra R\$ 8.438 mil no exercício anterior.

7. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A conta de reserva de contingência corresponde ao risco provável das ações movidas contra a entidade. O saldo desta conta no exercício anterior que era de R\$ 1.483 mil, foi ajustado neste exercício para R\$ 876 mil, em conformidade com avaliações feitas pelos assessores jurídicos do Gasius, considerando os atuais estágios das demandas e o encerramento de alguns processos.

Individualmente, o valor da provisão para processos movidos por participantes, e ex participantes foi avaliado para o ano de 2016 em R\$ 295 mil (R\$ 902 mil em 2015). Já a provisão referente a ação movida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região – Sintergia, contra o Gasius, decorrente de divergência na aplicação de índices de correção nas devoluções das reservas de poupança, oriundas dos planos econômicos implementados nos anos de 1987 a 1991, foi mantida no ano 2016 no mesmo valor apurado em 2015 (R\$ 581 mil), em virtude

de não ter havido alteração na situação do processo. A fim de evitar o pagamento futuro de juros e correção, providenciamos um depósito judicial neste valor.

A Entidade possui uma única contingência de natureza trabalhista no valor de R\$172 mil, que foi avaliada pelos nossos consultores jurídicos como risco possível.

8. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram determinadas em bases atuariais e representam os compromissos da Entidade para com seus participantes, assistidos e/ou seus beneficiários, referentes a benefícios concedidos e a conceder. Seus valores foram constituídos em conformidade com a legislação vigente.

Estas provisões foram calculadas para dezembro de 2016, com base na tábua de mortalidade AT 2.000 suavizada em 10% e segregada por sexo em consonância com a avaliação técnica feita pelo atuário do plano. Para o ano 2016 a taxa atuarial do plano foi alterada de 5% para 5,5% ao ano, em conformidade com estudo de adequação de taxas realizado pelo atuário do plano – a Rodarte Nogueira -, o qual está detalhado no Relatório RN/GASIU nº 002/2016 de 28/09/2016, e aprovação do Conselho Deliberativo contida na ATA datada de 27 de outubro de 2016.

Estas provisões matemáticas encontram-se detalhadas no quadro demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios, parte das demonstrações contábeis anuais.

9. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011, e instrução SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado do plano de benefício previdencial.

O patrimônio do PGA é acrescido pelas seguintes receitas: 28% das receitas previdenciais, pelas receitas de administração de empréstimos, e pelas rentabilidades de aplicações feitas pelo Fundo Administrativo, e deduzido pelas despesas relativas à administração previdencial e de investimentos, ficando as sobras ou insuficiências registradas nesse fundo.

Para a cobertura das despesas administrativas relacionadas ao programa de investimentos, os recursos necessários são oriundos de transferências para o PGA de parte da rentabilidade das aplicações financeiras.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo do Gasius, e estão em conformidade com os limites estabelecidos na Resolução CGPC nº 29 datada de 31 de agosto de 2009.

O critério de alocação das despesas administrativas foi mantido como nos exercícios anteriores, ou seja, as despesas claramente identificadas de cada gestão foram a elas diretamente imputadas, e aquelas que são comuns a duas gestões (previdenciais e de



INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DA CEG – GASIU

investimentos), foram rateadas proporcionalmente entre eles, com base em estudos internos realizados.

A Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada que compõe as Demonstrações Contábeis Anuais, detalha o comportamento das receitas e despesas administrativas ocorridas no exercício.

10. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
10.1 Gestão Administrativa

Conforme demonstrativo abaixo, a diferença entre as receitas recebidas e as despesas realizadas totalizaram neste exercício o montante de R\$ 1.360 mil (R\$ 1.191 mil no exercício anterior) , o que elevou o fundo administrativo para R\$ 6.856 mil contra R\$ 5.496 mil no exercício anterior.

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Custeio administrativo	3.164	2.647
Despesas administrativas	(1.804)	(1.456)
<u>Resultado Líquido</u>	<u>1.360</u>	<u>1.191</u>

10.2 Gestão Previdencial

Nesta gestão são registradas as receitas de contribuições dos participantes e das patrocinadoras, bem como, os rendimentos oriundos da confissão da dívida e as despesas com pagamentos de benefícios aos participantes. O resultado líquido entre estas rubricas apresentou, neste exercício, uma insuficiência de R\$ 28.339 mil contra uma insuficiência de R\$ 23.308 mil em 2015,

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contribuições	4.676	5.176
Benefícios	(33.015)	(28.484)
<u>Resultado Líquido</u>	<u>(28.339)</u>	<u>(23.308)</u>

10.3 Gestão dos Investimentos – Previdencial

Este fluxo destina-se a registrar, durante o exercício, os rendimentos líquidos auferidos pelas aplicações dos recursos da entidade no mercado de capitais, bem como a remuneração na concessão de empréstimos aos participantes, além dos aluguéis recebidos pelos imóveis locados a terceiros, deduzidas as despesas direta ou indiretamente ligadas ao programa.

No ano de 2016 os rendimentos líquidos auferidos pela Instituição, descontadas as despesas com o custeio administrativo dos investimentos, totalizaram R\$ 75.285 mil contra R\$ 20.810 mil obtidos no ano de 2015.

A seguir, está apresentado o quadro resumo comparando os resultados dos exercícios 2016 e 2015.

INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DA CEG – GASIU

Descrição	2016	2015
Rendimentos		
Titulos públicos federal	48.736	18.964
Créditos privados e depósitos	1.037	1.763
Ações	9.965	(5.773)
Fundos invest. (renda fixa, variável e estruturado)	19.622	4.880
Investimentos imobiliários	(4.697)	31
Empréstimos e financiamentos	1.682	1.790
Total dos rendimentos	76.345	21.655
Custeio administrativo de investimentos	(850)	(640)
Taxa de administração de empréstimos	(210)	(205)
Total rendimento líquido	75.285	20.810

11. SUPERÁVIT / DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO

O superávit/déficit técnico é a diferença positiva ou negativa entre os bens e direitos da Entidade comparados com os compromissos sob sua responsabilidade. Como se observa no quadro a seguir, o Gasius apresentou em 2016 um superávit acumulado de R\$ 26.793 mil contra um déficit técnico acumulado de R\$ 23.389 mil no exercício anterior, o que representou um acréscimo no superávit no valor de R\$ 50.182 mil em relação ao exercício anterior.

Descrição	2016	2015
Resultado líquido – programa previdencial:		
Recursos coletados menos recursos utilizados	(28.339)	(23.308)
Rendimento dos investimentos	75.285	20.810
Custeio Administrativo	(1.299)	(1.193)
Provisões Matemáticas	3.927	(54.121)
Constituição/reversão de contingências	608	4.392
Sub total	50.182	(53.420)
Déficit acumulado no início do exercício	(23.389)	30.031
Superávit acumulado no fim do exercício	26.793	(23.389)

O resultado positivo neste exercício está impactado, por um lado, pela redução das provisões matemáticas como consequência, principalmente, da elevação da taxa atuarial do plano de 5% para 5,5%, e por outro lado como consequência, a recuperação do mercado financeiro.

No decorrer do ano a entidade utilizou o mesmo perfil de investimentos considerado para os últimos anos..

12. RENTABILIDADE

A rentabilidade nominal total obtida pelas aplicações dos recursos garantidores das reservas técnicas do plano durante o exercício de 2016 foi de 19,9%, taxa esta que ficou 6,7% acima da meta atuarial (INPC + 5,5%). Em 2015 esta rentabilidade foi de 4,1%, o que correspondeu a 12,2% abaixo da meta atuarial daquele ano (INPC + 5%).

O quadro a seguir demonstra os percentuais de rentabilidade de cada segmento nos anos 2016 e 2015:

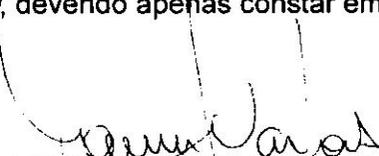
Segmentos	2016	2015
	%	%
Renda fixa	22,0	8,0
Renda variável	32,4	(15,4)
Investimento estruturado	19,3	9,4
Investimentos imobiliários	(12,1)	(0,4)
Operações com participantes	21,8	23,5

13. OUTRAS INFORMAÇÕES.

O GASIU juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, por força do Decreto-Lei nº 2.288, de 24 de julho de 1986, Art. 7º, adquiriu Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND, com prazo de 10 anos e variação equivalente à da OTN - Obrigação do Tesouro Nacional. A ABRAPP, representando os Fundos de Pensão, ajuizou a União Federal requerendo o reconhecimento dos expurgos inflacionários decorrentes da OFNDs (Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento) ocorridos entre abril de 1990 a fevereiro de 1991. A ação objetivou o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, propondo a adoção do IPC, em vez do BTN, durante o período citado.

A ação foi julgada procedente, tendo ocorrido o trânsito em julgado do mérito em 28 de setembro de 2008, estando o processo, entretanto, ainda em fase de execução.

Em 14 de outubro de 2011, a PREVIC emitiu o Ofício nº 4674/2011/CGMC/DIACE/PREVIC que determinou, em caráter prudencial, que enquanto não houver manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos pela União Federal relativos a referida ação judicial, não deve ser efetuado o registro contábil, devendo apenas constar em nota explicativa.


MARCIO GOMES VARGAS
Diretor Superintendente


ALBERTO BALASSIANO
Contador CRC – RJ 16.988/0